

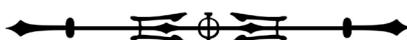
Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento

*Edna Maria Ramos de Castro*¹

*Silvio Lima Figueiredo*²

*Sérgio Luiz de Medeiros Rivero*³

*Oriana Trindade de Almeida*⁴



RESUMO

A Amazônia aparece frequentemente no debate acadêmico e político como uma região a ser desenvolvida e integrada ao Brasil. O sentido de desenvolvimento nesta afirmação é aquele conectado com parte das teorias econômicas desenvolvidas no século XX, qual seja, o crescimento da renda per capita a longo prazo, sem considerar os aspectos de distribuição de renda, desigualdade social e custos ambientais deste crescimento. Este artigo apresenta um breve panorama dos sentidos do desenvolvimento e os impactos dessas ideias, quer por via das concepções do estado e do capital e das políticas públicas, quer por via da ideologia do desenvolvimento, na Região Amazônica brasileira, identificando e apresentando as principais características desse processo e questionando a forma como tal processo vem se dando, tanto nos seus aspectos negativos quanto nas ações efetivas para diminuição do desmatamento e da desigualdade. A Amazônia, neste trabalho, é considerada como uma região de fronteira para a expansão da produção capitalista. Tal dinâmica econômica refez os fluxos de migrantes e acabou envolvendo novos segmentos da sociedade nacional, produzindo conflitos e as tensões entre a população tradicional e a frente de atividades produtivas que avança na região, tendo a mineração e o agronegócio como grandes protagonistas nesse embate. Sem atenuar quadros de pobreza, a forma específica que o desenvolvimento tomou na região continua impondo sua dinâmica na região em relação complexa com suas populações e a natureza.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Amazônia. Fronteira. Impactos. Pobreza. _

1 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Doutora em Sociologia. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Doutor em Comunicação. E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com.

3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Doutor em Ciências Socioambientais. E-mail: sergiolmrivero@gmail.com.

4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Doutora em Ciências Socioambientais. E-mail: orianaalmeida@gmail.com.

ABSTRACT

The Amazon region often appears in the academic and political debate as a region to be developed and integrated to Brazil. The meaning of this kind of development is that connected with part of the economic theories developed in the twentieth century, that is, the growth of per capita income in the long run, without considering the aspects of income distribution, social inequality and environmental costs of this growth. This article presents a brief overview of the meanings of development and the impacts of these ideas, both through the conceptions of State, capital and public policies, and through the ideology of development in the Brazilian Amazon region, identifying and presenting the main characteristics of this process and questioning the way in which this process is taking place, both in its negative aspects and in the effective actions to reduce deforestation and inequality. The Amazon in this work is considered as a frontier for the expansion of capitalist production. Such economic dynamics have reshaped flows of migrants and eventually engulfed new segments of the national society, producing conflicts and tensions between the traditional population and the new productive activities advancing in the region, with mining and agribusiness as major protagonists in this struggle. Without mitigating poverty, the specific form that development has taken in the region continues to impose its dynamic in a complex relationship with its populations and nature.

Key Words: Development. Amazônia. Frontier. Impacts. Poverty.

INTRODUÇÃO

O debate sobre desenvolvimento é extenso, e parte do princípio que é possível se pensar em outros modelos de desenvolvimento das sociedades para que elas possam melhorar suas possibilidades de reprodução. A redução do conceito à mudança social é um risco, pois talvez induza a uma ideia de “progresso”. O termo desenvolvimento foi concebido, nas teorias do século XX, como crescimento econômico e não eram considerados assim, nessa época, os impactos sociais e ambientais gerados pela intensificação da tecnologia e pelo aumento de produtividade e de competitividade (DIESEL, 1995). As dimensões social e ambiental também não figuravam como componentes do conceito de desenvolvimento.

Para Diana Hunt (1989), na obra *Economic theories of development*, os primeiros pensadores econômicos tiveram um objetivo comum de entender como as sociedades se organizavam para produzir seus meios de vida e propor medidas para o aumento da produtividade, o que levaria ao crescimento econômico. A economia responderia, então, a esse anseio, formulada inicialmente como dimensão da vida social, como processos integrados e que tinha como premissa compor o social, como nos ensina Polanyi (1980) ao formular as ideias centrais de sua interpretação sobre as grandes transformações na sociedade e a relação com o capitalismo.

Para além desses primeiros debates, muitas outras ideias aparecem, como, por exemplo, as concepções de desenvolvimento como um processo histórico de transformação econômica, política e social em todas as dimensões da vida. Desenvolvimento seria, dentro dessa perspectiva, um processo social global, cujas estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (BRESSER-PEREIRA, 1968).

Essa ideia traz, em si, uma busca contínua de transformação do “padrão de vida” da população, mas é a definição desse padrão e o estabelecimento de parâmetros que torna a questão extremamente complexa. Em relação ao tema, seria importante levar em consideração algumas análises mais relativizadoras, principalmente no que diz respeito às questões culturais apontadas, por exemplo, por Celso Furtado (1982).

O desenvolvimento como crescimento econômico foi objeto de muitas polêmicas travadas em função das diferentes percepções e conceitos. Mas a polêmica central envolvia as orientações produzidas para solucionar os problemas de crescimento econômico, seja no interior do país, seja nas relações dele com outros países. É esse debate que iremos esboçar de forma sintética a seguir.

DESENVOLVIMENTO: NARRATIVAS E PENSAMENTO A-CRÍTICO

Castro (2012) mostra que a emergência da sociedade industrial e o fascínio da ciência que potencializou a Revolução Industrial no século XVIII, tornaram dominante a crença na ciência e na tecnologia. Uma crença que embalou os sonhos de várias gerações, de que a razão humana poderia encontrar soluções mais eficazes para alcançar um desenvolvimento que atendesse às necessidades de cada nação. Esse movimento, conhecido como iluminista, considera a primazia da razão, valoriza a racionalidade humana na crença de que esta pode fazer escolhas mais racionais. Quer dizer, lança “luzes” pela razão, e não pela fé, como vigorara anteriormente na sociedade feudal e que avançou nas sociedades burguesas: "O iluminismo permitiu ao homem acreditar nas ferramentas racionais para construir uma outra ordem econômica, cuja aventura

principal era o crescimento econômico capitalista que passa a ser, ao longo dos dois últimos séculos, o objetivo maior e a obsessão da ciência moderna e da tecnologia” (CASTRO, 2012).

Essa ideia de domínio da razão, ou de sua hegemonia, é vista também como um processo de secularização, pois valoriza mais o conhecimento científico em relação à filosofia e à religião e, em última análise, à cultura e todas as dimensões a ela inerente que derivam da construção de saberes e de práticas sociais. Ela está ligada à concepção histórica de progresso, ou seja, de progresso civilizatório, entendendo-o como o “caminho natural” para todas as sociedades. As ciências sociais nascem nesse contexto de valorização do conhecimento científico. Fazia-se necessário entender as sociedades, suas estruturas e seus processos, seus dilemas, sua economia, suas contradições e conflitos, em face das transformações que vinham ocorrendo de forma acelerada com os impactos da Revolução Industrial sobre a vida e os costumes incorporados pelas pessoas e pelas sociedades.

Estas noções de secularização e de progresso correspondem à modernidade como racionalidade instrumental (WEBER, 1989; BRÜSEKE, 1993). Para Habermas (1987), a modernidade coloca o homem diante de difíceis dilemas. São impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção a um futuro que secciona a vida social e cultural. A análise da modernidade feita por Habermas (1987) é certamente uma crítica profunda à razão que, para ele, instrumentaliza a vida em nome do progresso econômico.

No século XX, a concepção mais tradicional de desenvolvimento traz como ponto de partida o crescimento econômico e como os “ganhos” desse “crescimento” seriam usados ou mesmo “escorreriam” para melhorias sociais da população como um todo. Essa concepção positiva entende a necessidade do processo e a ideia de que o crescimento não se resume ao aspecto econômico. No entanto, outras concepções entendem o processo de desenvolvimento na perspectiva de que há o interesse da reprodução social de um grupo dominante, e esse interesse tem provocado, na dinâmica do capitalismo, transformações e destruição de grupos não dominantes e do meio ambiente, com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias. Nessa concepção, o desenvolvimento para Rist (2001) é a chave do entendimento da reprodução do capital.

No entanto, um dos argumentos fundamentais de Rist (2001) é o conceito de crença que subjaz como seu fundamento, a construção da ideia de desenvolvimento como crença ocidental, identificando um marco nesse nascimento o chamado “4º ponto do discurso do Presidente Truman”, ou seja, o discurso que o presidente estadunidense Harry Truman proferiu em janeiro de 1949, quando assumiu seu mandato. É bom lembrar que o termo foi usado por diversas vertentes do pensamento ocidental, da economia à sociologia, em estudos inspirados por exemplo em Joseph Schumpeter, economista austríaco, e contribuiu de forma definitiva para dar conta das transformações do capital, por meio das ideias de racionalidade e de progresso.

Ainda para Rist (2001), e muito por causa de seu entendimento como mito, essa ideia passa a legitimar a própria “ideologia” ocidental, seus principais traços e suas articulações com a ideia de civilização, como o único modelo válido de vida. Para o autor: “Desenvolvimento é constituído por um conjunto de práticas, por vezes aparecendo como contraditórias, que para assegurar a reprodução social do grupo dominante, provocam a transformação e a destruição de forma generalizada do meio ambiente e as relações sociais, com vistas a aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, através das trocas, para a demanda efetiva” (RIST, 2001, p. 26-34).

A ideia de desenvolvimento também contribuiu para o fortalecimento das questões ambientais da segunda metade do século XX a partir das noções de Ecodesenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável. Apesar da crítica ao desenvolvimento estar em grande evidência, a tentativa de “humanizá-lo” produziu a crítica à noção de crescimento, usada como sinônimo ao de desenvolvimento econômico.

Segundo Bourdieu (1979), havia uma necessidade de identificar “obstáculos culturais” ao desenvolvimento econômico. Muitos agentes sociais e institucionais se interessariam pela difusão de uma espécie de “racionalização” das condutas econômicas, identificando heranças culturais como resistências para com o modelo abstrato da “racionalidade” tal como a definiria a teoria econômica. Segundo ainda o autor, “paradoxalmente, a mesma filosofia do desenvolvimento econômico que reduz a antropologia a uma dimensão da economia, produz a ignorância das condições econômicas que determinam a adoção de um comportamento econômico ‘racional’, e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem ‘desenvolvido’ para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia desenvolvida” (BOURDIEU, 1979, p. 78).

A representação sobre a sociedade moderna se forma nesse contexto de ideias. Assim, iluminismo, racionalidade e modernidade são noções referidas aos processos de mudança (tempo e espaço) das formas de produzir a vida decorrentes da Revolução Industrial. Todas elas são noções intimamente relacionadas ao conceito de “desenvolvimento”, no sentido de desenvolvimento histórico, de narrativas totalizantes, da sociedade e da economia capitalista.

A relação fundamental entre sociedade e natureza sempre foi a de retirar da natureza recursos com potencial de transformação para obtenção de bens por meio do trabalho, entendendo a natureza como fonte inesgotável de recursos. Como se trata de uma economia capitalista, ela busca sempre o aumento da produtividade do trabalho para obter maiores ganhos de capital e, assim, realizar os movimentos de acumulação e de concentração de capital (POLANYI, 1980). Entretanto, o avanço da economia foi também possível devido à intensificação do desenvolvimento tecnológico considerado como instrumento para aumentar a eficiência dos processos produtivos.

Segundo Rist (2001), a obrigação de crescer, de se desenvolver, gera consequências desastrosas, pois esse “dogma” coletivo se reproduz com rapidez. Ele é, portanto, reflexo e engendra a própria reprodução do capitalismo. Assim, a ideia de Rist (2001) se distancia das ideias de desenvolvimento sustentável e endógeno por exemplo, já que o desenvolvimento estaria relacionado sempre com a exploração econômica de forças de trabalho e de recursos naturais com as possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno não teria sentido, mesmo que associado aos discursos corretos de que “atende as necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos de posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto (BARQUERO, 2001, p. 39).

O entendimento mais próximo de interesses coletivos pode dizer respeito à possibilidade de melhorias no padrão de vida. Este seria marcado pela ideia de aumento do bem estar, para além do aumento simples da renda per capita. Além disso, o desenvolvimento econômico, sustentável ou endógeno são incluídos na mesma concepção no que diz respeito às regiões: eles serviriam, dentro da noção de desenvolvimento regional, para atenuar desequilíbrios

entre regiões, perspectiva no entanto que não resolve o principal problema do caráter da acumulação e da concentração de capital, como movimentos essenciais na reprodução capitalista, o lucro e a mais-valia, a desigualdade social e, também, a intensa e contínua transformação da natureza, por diferentes formas de extrativismo (GUDYNAS, 2015; LEFF, 2003) que tem formado a base do desenvolvimento.

A ecologia política faz a crítica à maximização do lucro e à mercantilização da natureza, e por isso, segundo Leff (2003), luta pela desnaturalização da natureza: das condições naturais de existência, dos desastres “naturais”, da “ecologização das relações sociais”. Leff (2003) considera que não se trata de adotar uma ‘perspectiva construtivista da natureza, mas política, em que as relações entre seres humanos e entre eles e a natureza se constrói por meio de relações de poder, no diálogo com a ecologia política.

Santos (2008) confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia dos saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações dinâmicas entre eles, sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. Essa percepção do lugar do político no debate sobre o campo do desenvolvimento questiona as estruturas da crença na sustentabilidade. Para Enrique Leff (2003), “a ecologia política se encontra em um campo teórico-prático no qual busca construir um novo território do pensamento crítico e da ação política” (LEFF, 2003, p. 17).

Dentro desse quadro de crescimento econômico, desenvolvimento e capitalismo, a Amazônia aparece como uma região de fronteira, mas fronteira para a produção capitalista. A tragédia maior é, certamente, a incapacidade de se pensar para além dos parâmetros coloniais que tem informado as estratégias de agentes públicos e privados, as políticas e as ações direcionadas para esta região.

FRONTEIRA E CAPITALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Habermas (1987) mostra que a modernidade e a hegemonia da razão instrumental dominam a esfera do sistema e da razão comunicativa. Isso permite que o sistema da economia e o sistema do poder-estado sejam controlados pelas grandes empresas. Um número reduzido de empresários determina as regras do jogo social, político e econômico sem consultar a sociedade, declarando que “à medida que o sistema se fortalece em detrimento do 'mundo vivido', ele passa a impor a este último sua própria lógica e suas regras de jogo” (HABERMAS, 1987). Considera ainda a necessidade de fortalecer a cultura, as instituições que organizam o cotidiano e a vida social - o mundo vivido - em detrimento do mundo sistêmico (economia e poder).

A modernidade trouxe tensões entre a ordem tradicional e a ordem moderna em função da alteração no ritmo das mudanças, como argumenta Giddens (1991). O tempo e o espaço foram revolucionados, e com eles os costumes, e os tipos tradicionais de ordem social que tendem a se perder. A rapidez das mudanças é enorme e altera mesmo dimensões mais profundas da existência cotidiana e a comunicação se dá cada vez mais pelas redes informacionais, com formas de interconexão com extensão global, configurando-se uma transformação jamais conhecida pela humanidade.

Sem precedentes, alteraram-se os sistemas que funcionavam para manter o equilíbrio social e por isso tinham eficácia simbólica. Os saberes dos povos tradicionais sobre a natureza, por exemplo, não são reconhecidos pelo saber científico, enquanto saber, sendo na realidade estigmatizados.

As incertezas e as inseguranças se instalam na ordem moderna e por isso Giddens (1991) mostra que no funcionamento das instituições na sociedade moderna as pessoas precisam de mecanismos de confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos, assessores, especialistas que servem como mediadores entre a sociedade e os indivíduos.

A Amazônia é contemporânea desse processo e está diretamente a ele conectada sobretudo pela via da problemática ambiental, como aparecem nas narrativas sobre a ciência, o território, os saberes e as riquezas naturais. Esse debate informa como as sociedades refletem sobre o presente, se preocupam, se inquietam, buscam soluções. E procuram projetar o futuro. Este caminho também é encontrado nas análises sobre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia.

Banerjee (2006) pergunta: “Quem sustenta o desenvolvimento de quem?”, e tem razão ao dizer que o “discurso do Desenvolvimento Sustentável focaliza mais os efeitos da destruição ambiental sobre o crescimento econômico do que as consequências negativas do mesmo” (2006, p. 88). Há necessidade de ir à crítica de categorias como racionalidade, no sentido empregado por Habermas (1987), e a razão fundante da modernidade, seu lado sombrio (LATOURET, 1994; QUIJANO, 2005; ESCOBAR, 2008; SOUZA, 2003).

Banerjee (2006) critica, ainda, a noção de desenvolvimento sustentável ao apontar que “a lógica do capital e do mercado nunca está em questão” (p. 89) e por isso é insustentável, ambiental e socialmente.

O conceito de fronteira embasou muitas análises dos anos 1970 que visavam entender as dinâmicas das novas áreas e os fluxos da migração, dirigida e espontânea, atraída pelos programas de colonização. Esses projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país. Por isso, a tensão entre modelos e possibilidades de desenvolvimento e, em consequência, também a violência tornou-se o corolário da ocupação dessas novas fronteiras.

A ideia de fronteira precisaria ser mais problematizada no sentido de sujeitos que falam, e de narrativas legitimizadas, ou seja, quem considera que região como fronteira. E, portanto, para quem? A Amazônia tem sido pensado como um espaço a desbravar, vazio a ocupar. Para fazer face à invenção da Amazônia pelo outro, e reafirmar o local como espaço da produção de saberes e sentidos, inúmeros autores tem empreendido o trabalho de demonstrar como a Amazônia tem sido pensada, em diferentes momentos, pelo outro, ou pelos outros, no plural, mas sempre, nessa relação de alteridade, é o outro o formulador de modelos de desenvolvimento, olhares de fora, de um outro mundo de referências, como assinala Gondim (2007) no livro *A Invenção da Amazônia*.

Em outra linha de interpretação, que pensa a modernidade na relação com a colonialidade, o local é uma dimensão chave do desenvolvimento (ESCOBAR, 2008; CASTRO, 2010; 2015). Remete ainda ao entendimento das rupturas epistemológicas e de interpretações críticas ao capitalismo e à globalização a partir de um lugar que é o da cultura (SANTOS, 2008; ESCOBAR, 2008; MIGNOLO, 2005), como também assinalou Habermas (1987) sobre a racionalidade

do mercado e o mundo da vida. Ao negar o olhar que “naturaliza” o desenvolvimento, no sentido de sua inexorabilidade, Wallerstein (2004) propõe uma inversão do pensamento, a partir da crítica teórica radical e de rupturas, usando o termo “impensar”, o que aponta para outras possibilidades do conceber a construção do futuro, e do desenvolvimento. Essas linhas analíticas podem servir como grade para interpretação sobre o sentido dado à fronteira nos programas e nas políticas de desenvolvimento, sobretudo desde meados do século XX e que se estendem ao presente (CASTRO, 2012).

O padrão de avanço da fronteira na Amazônia seguiu o mesmo movimento dos anos 1950 a 1970 do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Paraná: terras novas foram ocupadas, e as fronteiras, empurradas para o oeste ou ainda na direção do Brasil central, o que incorporou definitivamente à economia as terras novas do cerrado e a floresta tropical, encontradas nas grandes extensões atravessadas para se chegar ao Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Rondônia. A expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical representava, para as elites nacionais interessadas na abertura de novos territórios de recursos, uma oportunidade de mercado.

A dinâmica econômica refez os fluxos de migrantes e acabou envolvendo novos segmentos da sociedade nacional e a fronteira então passa a se constituir como um espaço que está sendo incorporado ao espaço nacional, global. Tratava-se de um processo com outros significados políticos, que também atendia aos interesses de controle das fronteiras continentais e de afirmação do compromisso com o projeto de modernização nacional. Esse havia sido também o caráter do movimento de expansão da fronteira do Centro-Sul, impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas, seja por mercados internos, urbanos, seja pela pauta de exportação, que exigia o aumento das áreas produtivas.

O movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para mercados internos e pela necessidade de atender a pauta de exportação de recursos primários, como madeira, minério e agroextrativos e torna importante discutir o papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que vive um rápido processo de urbanização. O avanço da “revolução verde” pressiona a expansão de terras para a agricultura em regiões com vantagens comparativas e, por conseguinte, com possibilidades de desenvolvimento agrícola.

A abertura da fronteira em direção ao Norte visava ao mercado capitalizado, mas também às famílias camponesas do Sul e do Nordeste do país. O uso dessa enorme nova disponibilidade de terras constituiu parte da estratégia geopolítica nacional colocada em prática, sem poder, evidentemente, anular as contradições da propriedade da terra enquanto relação social que caracteriza o país. Como mostra Costa (2005) nesse contexto haveria dois campos fundamentais de tensão nas áreas de fronteira: o constituído pelos “processos de transformação da ‘frente pioneira’, onde o acesso à terra é obtido pela posse, e a ‘frente de expansão’ - que se caracteriza pela implantação do regime de propriedade privada da terra”. Para o autor, essa distinção corresponde certamente às tensões e contradições entre a terra de trabalho e a terra de negócio.

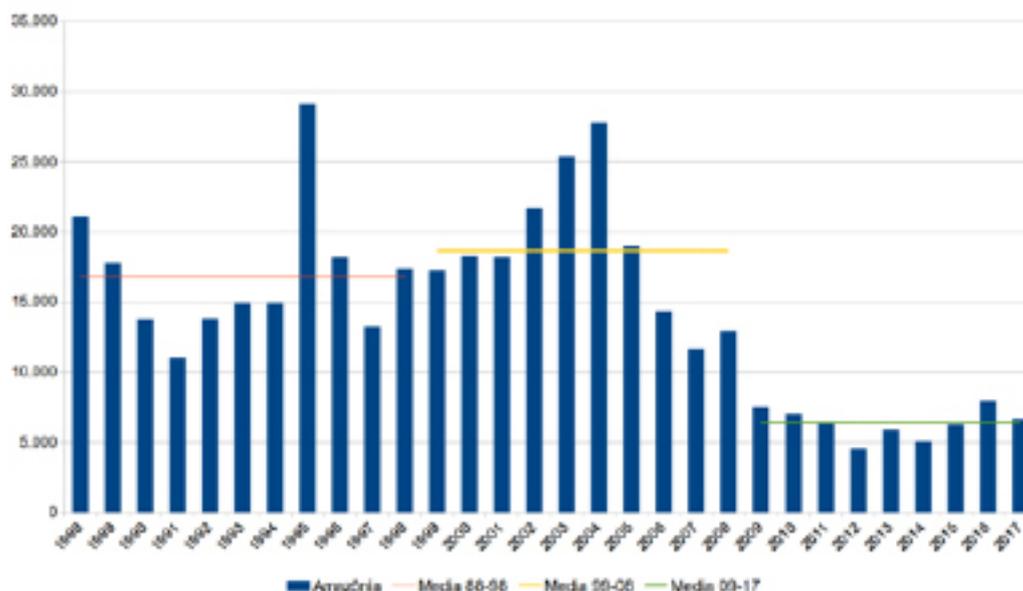
Os conflitos e as tensões não somente fizeram parte intrínseca desse quadro, mas também definiram de certa forma a imagem da Amazônia veiculada no mundo: um lugar de assassinatos por disputas de terra, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas. Todos esses fatos relacionados à violência estão ligados ao território, pois resultam da disputa pela terra e por recursos, da pressão para desalojar os que ali já se encontravam ou ainda com objetivo de

grilagem de novas terras, das práticas ilegais de derrubada da mata e de extração de espécies madeiras sob o controle do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da depredação e da erosão dos cursos d'água nos garimpos de rios.

As alterações ambientais com violência acompanham o avanço das frentes da pecuária, do garimpo e da madeira até o presente. Nos anos 1970, alguns estudos sobre os desdobramentos das políticas públicas na Amazônia já apontavam os graves problemas ambientais que poderiam ocorrer em função de um modelo de desenvolvimento que ignorava os impactos ambientais. Mas foi preciso mais uma década para que os efeitos dessas políticas pudessem ser percebidos e tornar-se uma questão relevante. As análises centralizaram-se, inicialmente, nos efeitos da abertura da fronteira de recursos com os programas de incentivos à colonização, à migração e à expansão pecuária.

As taxas de desmatamento ainda eram pouco conhecidas, mas os resultados de pesquisas mostravam dados que confirmavam a grande perda de riquezas naturais e o baixo retorno em relação ao desenvolvimento regional, como a madeira nobre exportada em toras e o desperdício de outras toras derrubadas com a concomitante valorização de terras pela plantação de pasto, realidade que se acentuou nas décadas seguintes (NEPSTAD et al., 2014, MELLO et al., 2017, FERREIRA et al., 2015, AZEVEDO-RAMOS et al., 2018).

Figura 1. Desmatamento Anual na Amazônia (km²)



Fonte: INPE-PRODES, 2018.

A Amazônia é um exemplo onde o desmatamento é intenso desde a década de 1970. Entre 1988 e 1998, a média de desmatamento foi de 1,68 milhões de hectares por ano (somando um total de 18,5 milhões). No período seguinte, que vai de 1999 a 2008, a média do desmatamento subiu para 1,86 milhões de hectares por ano aumentando em torno de 11% em relação à década anterior. Por fim, nos últimos oito anos, período que vai de 2009 a 2017, a média anual de desmatamento sofreu uma queda brusca caindo para 634 mil hectares por ano devido, principalmente, à política do governo de combate ao desmatamento. Essa queda prolongada, entretanto, sofreu aumento em 2016 e rápida redução em 2017 mostrando uma suave tendência de crescimento (Figura 1)

DINÂMICA DE DIFERENCIAÇÃO NA FRONTEIRA

É importante identificar os atores principais que promovem o desmatamento da Amazônia. Além de procurar mostrar quem são os atores sociais e como agem, sua capacidade econômica e articulação política, é preciso também descrever os processos característicos de região de fronteira – os problemas relativos aos direitos de propriedade, a ação do poder local e nacional, as motivações econômicas dos diversos atores locais e a dinâmica do processo, que varia conforme os custos de oportunidade e a renda dos atores.

Alguns autores têm procurado classificar as áreas de desmatamento segundo alguns critérios. Essas análises têm defendido a ideia de que a fronteira acabou ou reaparece em espaços isolados. No entanto, permanecem sem explicação algumas questões sobre a dinâmica social e econômica nas novas áreas para as quais se dirigem os investimentos, sobretudo as grandes empresas dos setores de grãos e de infraestrutura (CASTRO et al., 2016). Nessas áreas o que se percebe contraria aquela percepção. Há um processo que avança para novas áreas de floresta, apropriando-se de terras públicas para fins privados (AZEVEDO-RAMOS et al., 2018).

Amazônia Legal: heterogeneidade regional

A Amazônia Legal Brasileira tem 59% do território nacional, aproximadamente 12,8% da população do país (2010) e 7,8% do PIB (IBGE, 2010, 2010a). A região tem crescido mais rapidamente que o resto do Brasil e sua participação no PIB nacional subiu de 6,43% em 1995 para 7,86% em 2010 e para 8,32% em 2015. Embora esta participação tenha aumentado, isto se deu, muito provavelmente mais pelas oscilações do PIB do resto do Brasil, especialmente do que por um crescimento mais forte do PIB da Amazônia.

Os dados de crescimento e de crescimento médio para a Amazônia Legal e para o resto do Brasil mostram que a região apresenta uma taxa de crescimento mais alta que do resto do país. No período de 2002 a 2015, a participação da Amazônia no PIB nacional subiu de 6,9% para 8,3%. Para os estados da Amazônia, pode-se observar que há uma diferença significativa de tamanho do PIB. Os estados de Pará, Mato Grosso, Amazonas e Maranhão (em 2015) apresentavam PIBs entre 130 e 70 bilhões de reais já os estados com menores economias (Amapá, Acre e Roraima) apresentaram valores entre 13,9 e 10,4 bilhões de reais.

As dinâmicas de crescimento dos 4 maiores estados são bastante diferentes entre si, associadas ao perfil produtivo de cada estado. O estado do Mato Grosso cresceu com a expansão da agropecuária de larga escala e sua dinâmica de crescimento está mais ligada às oscilações no setor de commodities agrícolas. O Amazonas tem como principal fonte de valor econômico a produção industrial da Zona Franca de Manaus, o que gera uma dinâmica mais conectada à demanda por bens industriais e à competitividade dos manufaturados produzidos no estado. O Pará é um estado onde a economia extrativa tem um peso enorme e isso se reflete tanto nas taxas de crescimento quanto nos valores de PIB per capita, visto que os excedentes gerados pela economia extrativa (especificamente, minérios e madeira) têm baixo peso na geração de renda regional. Retirando-se a economia extrativa associada à indústria mineral e à madeira, a economia paraense é fortemente dominada por uma agropecuária de baixa produtividade.

Pobreza e desigualdade inter e intraregional

Estas diferenças no PIB per capita e nas trajetórias de desenvolvimento se espelham também na distribuição da renda dentro de cada estado. Olhando para a distribuição de renda em termos de salários mínimos, para o período de 2001 a 2007, com os dados da PNAD (IBGE 2010b) pode-se notar que os valores de PIB per capita são consistentes também com a participação da população com menor renda na população total. Em 2001 a maior parte das famílias no Maranhão recebiam até 3 salários mínimos, no Pará este número era de 57,6%, no Amazonas 49,8% e no Mato Grosso 48,8%. Dos quatro maiores PIB da região, Mato Grosso e Amazonas tinham melhor participação das famílias na renda, ao passo que o Maranhão tinha a pior distribuição de renda.

Este quadro se repete quando se observa os dados da PNAD 2007. As posições relativas comparadas dos estados continuam as mesmas. O Maranhão continua tendo a maior proporção de população com renda familiar de até 3 salários mínimos, o Pará e o Amazonas apresenta renda um pouco menor e o Mato Grosso passa a ter, entre os estados da Amazônia Legal a melhor posição em relação à parcela da população que recebe até 3 S.M. (60,6%). Apesar do aumento real do salário mínimo ocorrido entre 2001 e 2007, o Mato Grosso mostrou a melhor evolução relativa na distribuição de renda medida desta forma.

Comparando-se os dados dos estados da Amazônia Legal com o resto do país pode-se observar que tanto as populações urbanas quanto as rurais da Amazônia têm rendimento familiar mensal proporcionalmente menor que as populações urbanas e rurais do resto do Brasil. Nos estados da Amazônia Legal, mais de 80% das famílias ganham até 3 SM enquanto a proporção para populações rurais do resto do Brasil é de 79%. Para o segmento das famílias com até 1 SM de renda familiar, a proporção é de 34% na Amazônia para 30,1% dos estados fora da Amazônia Legal. Para as populações urbanas as diferenças são ainda maiores, sendo maior para as famílias urbanas da Amazônia Legal com até 1 SM de ganho mensal. Enfim, tanto a Amazônia rural quanto a Amazônia urbana são mais pobres que as regiões rurais e urbanas do resto do Brasil.

A população amazônica segundo o censo do IBGE em 2010, era de 24,4 milhões de pessoas, com 72,4% de urbanização. Usando-se os dados da PNAD 2015, e a estimativa de população do IBGE, calculou-se o número de pessoas em famílias recebendo até 1 salário mínimo. O percentual de famílias com até 1 SM é de 39% (em torno de 9,5 milhões de pessoas na Amazônia legal). Estimativas para 2015 referentes à áreas urbana da Amazônia indicam um número de mais de 6,8 pessoas por família.

Este quadro de pobreza é um dos problemas mais importantes na Amazônia. Percebe-se que os valores de pobreza são maiores que os do Brasil tanto no meio urbano quanto no rural, deixando a claro que o Brasil é um país com alta taxa de pobreza. Este quadro de pobreza rural e urbana não pode ser encarado como um fenômeno isolado, a pobreza é uma totalidade complexa que só pode ser explicada nas suas múltiplas dimensões.

Se pensarmos geograficamente, a pobreza rural e a pobreza urbana na Amazônia são aspectos de um conjunto de fenômenos associados entre si. Estes fenômenos são uma consequência tanto da história de ocupação da região quanto do desenvolvimento de um conjunto de atividades que têm no extrativismo e na incorporação de novas terras com a consequente exploração dos recursos advindos desta exploração como elemento mais básico. Mas também é importante ressaltar as formas violentas de exploração na realização

do trabalho nos processos extrativistas. Dominação é, portanto, uma variável-chave na compreensão da subalternidade e da pobreza que marcam a história social da região.

A trajetória da recente ocupação da Amazônia, com baixo capital, pecuária extensiva, baixa produtividade é a fonte da pobreza e a manutenção da mesma dinâmica produtiva, uma causa da sua perpetuação. Outra característica importante é o aumento da população urbana na Amazônia. As cidades são protagonistas dos modelos de desenvolvimento da região, e atualmente 72,4% da população da Amazônia vivem em cidades

A relação entre a ocupação do território, as atividades econômicas e a urbanização não é simples. Observando-se dentro de cada estado, pode-se notar que os processos de ocupação são bastante diversificados em relação ao tamanho, à distribuição espacial das populações e a taxa de urbanização. O Brasil tinha, segundo os dados do Censo de 2010, três estados que concentravam 68% da sua população amazônica: o Pará, estado mais populoso da região; o Maranhão, com uma grande população rural (em torno de 36% da população do estado); e o Amazonas, com a maior parte de sua população concentrada na cidade de Manaus e com uma distribuição extremamente desigual fora da capital.

A heterogeneidade e a avaliação de impactos da expansão das atividades agropecuárias na Amazônia

A heterogeneidade amazônica em diversos níveis espaciais torna a análise de dados para essa região bastante imprecisa, reduzindo significativamente a capacidade de compreender as dinâmicas econômicas associadas à ocupação do território. Isto é ainda mais importante, visto que a Amazônia Legal passa por um processo de progressiva integração física e econômica. Esta integração vai modificar os fluxos populacionais, as transações econômicas, as redes e fluxos materiais e de logística rearticulando os atores regionais e extrarregionais, produzindo novas dinâmicas econômicas e, eventualmente, modificando os padrões de ocupação do território.

Um dos aspectos derivados deste novo padrão de ocupação do território é o papel das atividades agropecuárias na produção da renda e no uso do solo. Apesar de a Amazônia, em termos populacionais ser predominantemente urbana, é no campo onde as dinâmicas mais intensas de ocupação do território ocorrem. A expansão das atividades agropecuárias para novas áreas dentro da Amazônia foi uma constante no Brasil desde a década de 1970, principalmente com a expansão da agricultura de larga escala e da pecuária nos últimos anos (RIVERO et al., 2009).

A avaliação da expansão da agropecuária na Amazônia, a avaliação dos seus impactos e a produção de cenários prospectivos para a ocupação do território na Amazônia tornam-se uma tarefa extremamente relevante na medida que se precisa avaliar onde podem acontecer as maiores pressões sobre as áreas ainda preservadas da região. Ao mesmo tempo, estimar as principais regiões de expansão da atividade agropecuária pode ser informação fundamental para configurar políticas de intervenção que reduzam os danos ambientais e os conflitos gerados pela expansão.

Parte da discussão sobre este tema está na criação de alternativas econômicas ao processo de desmatamento. Estas alternativas passam ultimamente por mecanismos de pagamento

por serviços ambientais e desmatamento evitado, e mais especificamente o pagamento pela redução da degradação e pelo desmatamento evitado, os chamados mecanismos de REDD (Redução das Emissões da Degradação e Desmatamento).

Um dos problemas na literatura atual (ANGELSEN, 2008; ANGELSEN; WERTZ-KANOUNNIKOFF, 2008; HALL, 2008a, 2008b; STICKLER et al., 2009; PALMER, 2010; PFAFF et al., 2010; PHELPS; WEBB; AGRAWAL, 2010; STRECK, 2010) é que parte dos impactos econômicos dos mecanismos de REDD tem sido pouco avaliado. Os impactos sistêmicos de longo prazo da imobilização de áreas privadas a partir do pagamento por eventuais custos de oportunidade são uma forma estática de ver um problema dinâmico. Os custos de oportunidade são a projeção de eventuais ganhos futuros do uso do solo. Estes custos são baseados em estimativas associadas aos valores de produtos gerados por estes usos e pelos preços também estimado de aquisição da terra e do capital necessário para a produção.

Um problema, porém, é que estes custos mudam quando mudam os preços relativos dos produtos, da terra e do capital, estas mudanças, quando não consideradas na formulação das políticas de pagamento associadas ao REDD, podem inviabilizar os mecanismos. O desenho específico de eventuais mecanismos de pagamento por serviços ambientais é um componente fundamental para a sua eficácia a longo prazo (OSTROM; NAGENDRA, 2007; NEPSTAD et al., 2009; LINKIE; ROOD; SMITH, 2010; OLIVEIRA et al., 2010; PALMER, 2010; PFAFF et al., 2010; PHELPS; WEBB; AGRAWAL, 2010).

Os eventuais mecanismos que possam vir a ser implementados precisam considerar a heterogeneidade existente na região Amazônica, tanto em relação aos padrões de produtividade e ocupação quanto à diversidade de atividades econômicas e de atores sociais no processo. Em vez da redução, pura e simples do desmatamento pela imobilização de áreas privadas, é necessário pensar formas alternativas de aumento produção e da produtividade que permitam um aumento da renda regional, sem comprometer o crescimento de longo prazo e que se relacione com perspectivas redistributivas de renda, e em algum momento revisem o próprio conceito de desenvolvimento.

Dessa forma, os problemas concretos relacionados à diversificação da produção e distribuição de renda na Amazônia, assinalados acima, indicam que a problemática de regiões de fronteira e com a diversidade étnico-social e cultural que contem o ideário do desenvolvimento e, por isso, deve ser repensado o seu desenvolvimento regional. Além disso, a exploração das oportunidades de geração de renda com a floresta em pé, em áreas que ainda a possuem, passa pelas alternativas produtivas e de relação com o mercado e com o capital em si, incluindo as novas possibilidades com a “Redução das Emissões da Degradação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que polissemia, o debate sobre desenvolvimento implica uma leitura crítica do processo de estruturação do pensamento ocidental, suas matrizes teóricas, ideológicas, seus crivos políticos e sua intencionalidade, mais preponderante e veloz a partir do capitalismo industrial. Essa é a razão pela qual o tema do desenvolvimento e das formas de apropriação da natureza se constitui como um campo complexo à compreensão, uma vez que para além do debate acadêmico e de formulação de estratégias e ações governamentais, implica um projeto bem concreto de sociedade.

Mais do que polissemia, o debate sobre desenvolvimento implica uma leitura crítica do processo de estruturação do pensamento ocidental, suas matrizes teóricas, ideológicas, seus crivos políticos e sua intencionalidade, mais preponderante e veloz a partir do capitalismo industrial. Essa é a razão pela qual o tema do desenvolvimento e das formas de apropriação da natureza se constitui como um campo complexo à compreensão, uma vez que para além do debate acadêmico e de formulação de estratégias e ações governamentais, implica um projeto bem concreto de sociedade.

As grandes narrativas sobre desenvolvimento significaram a construção de um novo ideal de sociedade, com base na crítica à formulação do modelo de acumulação e concentração capitalista. Desenvolvimento, portanto, que está no cerne do pensamento a-crítico, a partir do qual se interpretou e difundiu uma certa representação da relação homem versus natureza.

O desenvolvimento da tecnologia dotou os países de ferramentas para produzir alimentos, energia, obras de infraestrutura, serviços aplicados à saúde e à educação, mas também ajudou a produzir um mundo com novas formas de pobreza, de diversas situações de pobreza – rural e urbana –, pois cada vez mais a população do planeta vive nas cidades –, de estresse pela carência de emprego, de serviços, de políticas sociais de qualidade extensiva a todos, de segurança alimentar e fundiária.

E como crescer em um mundo com limites de recursos naturais? Como pensar um modelo alternativo que nos preserve do aquecimento global? Esse é o dilema que nos cerca na atualidade. Somos desafiados a pensar o presente e o futuro, o sonho e a realidade. Cabe ressaltar mais um ponto da ambiguidade que cerca o tema desenvolvimento. Enquanto processo de desenvolvimento capitalista, observa-se que houve, no mundo, melhorias como o aumento nas taxas de longevidade, de alfabetização, de nutrição, aumentando a qualidade de certos serviços públicos por meio de políticas sociais. Esse é o dilema e o debate mais significativo e relevante de nossos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELSEN, A. *Moving ahead with REDD: issues, options, and implications*. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2008.

ANGELSEN, A.; WERTZ-KANOUNNIKOFF, S. *What are the key design issues for REDD and the criteria for assessing options, moving ahead with REDD: issues, options and implications*. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2008.

AZEVEDO-RAMOS, C., MOUTINHO, P. No man's land in the Brazilian Amazon: Could undesignated public forests slow Amazon deforestation? *Land Use Policy*, Volume 73, 125-127, 2018.

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem. O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M & GUERRA, L. *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: UNAMAZ, 2006. 2a. ed.

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de economia e estatística, 2001.

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1979.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRÜSEKE, F. J. *A Crítica da Razão do Caos Global*. Belém: NAEA, 1993.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Eds.). *Amazônia, região universal, teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Cadernos CRH*, Salvador, vol. 25, n. 64, p. 45-61, jan-abril, 2012.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

CASTRO, E., RODRIGUES, J., HAZEU, M., ALONSO, S. Megaprojetos e novos territórios do capital: infraestrutura portuária e de transportes na Amazônia. In: CASTRO, E., FIGUEIREDO, S. L. *Sociedade, campo social e espaço público*. Belém, NAEA/UFPA, 2016.

COSTA, F. A. O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. *Revista Amazônia*, Belém, v. 1, n. 1, p. 181-196, 2005.

ESCOBAR, A. Development. In: ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham, Duke University Press, 2008.

FERREIRA, M. D. P., COELHO, A. B. Desmatamento Recente nos Estados da Amazônia Legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. *Rev. Econ. Sociol. Rural*. 2015, vol.53, n.1. p.91-108.

FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*, 2. ed. Manaus: Valer, 2007 (Série Memórias da Amazônia).

GUDYNAS, E. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractismo*. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Montebideo, 2014.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa II. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1987.

HALL, A. Better RED than dead: paying the people for environmental services in Amazonia, *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*. 363: 1925. 2008a.

HALL, A. Brazil's Bolsa Família: A Double-Edged Sword? *Development and Change*, 39: 799-822. 2008b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 2010*. IBGE, Rio de Janeiro. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Regionais do Brasil (2003-2007)*. 2010a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2010b.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos: Ensaios de Antropologia Si-métrica*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFF, E. *Complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

LINKIE, M., ROOD, E., SMITH, R. Modelling the effectiveness of enforcement strategies for avoiding tropical deforestation in Kerinci Seblat National Park, Sumatra. *Biodiversity and Conservation*, 19: 973-984. 2010.

MELLO, N., ARTAXO, P. Evolução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Abril-Sin mes .2017.

MIGNOLO, W. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

NEPSTAD, D. The end of deforestation in the Brazilian Amazon. *Science*, 326: 1350. 2009.

NEPSTAD, D et al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science* 6, jun 2014: 1118-1123.

OLIVEIRA, J.; KATO, O.; OLIVEIRA, T.; QUEIROZ, J. Evaluation of sustainability in Eastern Amazon under proambiente program. *Agroforestry Systems*, 78: 185-191. 2010.

OSTROM, E.; NAGENDRA, H. Tenure alone is not sufficient: monitoring is essential. *Environmental Economics and Policy Studies*, 8: 175-199. 2007.

PALMER, C. REDD+: Property Rights and Liability. *Science*, 328: 1105-a. 2010.

PFAFF, A.; SILLS, E.; AMACHER, G.; COREN, M.; LAWLOR, K.; STRECK, C. *Policy Impacts on Deforestation*. 2010.

PHELPS, J.; WEBB, E. L.; AGRAWAL, A. Does REDD+ Threaten to Recentralize Forest Governance? *Science*, 328: 312-313. 2010.

POLANYI, K. *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro. 3a. ed. Editora Campus. 1980.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados (USP)*, 19 (55), 2005.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, 19: 41-66. 2009.

RIST, G. *Le Développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

SANTOS, B. de S. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

STICKLER, C. M. et al. The potential ecological costs and co benefits of REDD: a critical review and case study from the Amazon region, *Global Change Biology*, 15: 2803-2824. 2009.

WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. Mexico: Siglo XXI Editores, 2004.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.